

Democracia e cidadania: revisitando o elo a partir de Atenas

Democracy and citizenship: revisiting the link from Athens

Carlos Alberto Vasconcelos*

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/231819822016105>

Resumo

Os estudos sobre democracia e cidadania perpassam por um processo histórico que completamente envolve toda a história da humanidade, especificamente a ocidental. Dessa forma, são importantes os momentos iniciais dessa experiência e os debates sobre esse tema, como base histórico-estrutural de entendimento das contradições que permeiam a democracia e cidadania contemporânea e os desafios dos próximos anos. Desta feita, este artigo busca tecer algumas considerações acerca da riqueza da História Antiga, particularmente da experiência e contribuição da civilização ateniense para a democracia e a cidadania. É uma discussão teórica com viés prático baseado em autores da literatura ocidental.

Palavras-chave

Democracia; cidadania; História Antiga.

Abstract

The studies on democracy and citizenship by transforming a historic process that completely encompasses the entire history of humanity, specifically the west. This way, it is important to give the initial moments of this experience and the debates on this topic, as the basis historical-structural understanding of the contradictions that permeate the democracy and citizenship contemporary and the challenges of the coming years. This time, this article search make some considerations about the wealth of Ancient History, particularly the experience and contribution of Athenian civilization for democracy and citizenship. It is a theoretical discussion with practical bias based on authors of western literature.

Key words

Democracy; citizenship; Ancient History.

* Universidade Federal de Sergipe (UFS), Itabaiana, Sergipe, Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a questão democrática perfazem um processo histórico que praticamente abarca toda a história intelectual da humanidade, particularmente do lado ocidental. Dessa forma, os primórdios da experiência e discussão sobre a democracia e cidadania são de fundamental importância, inclusive servindo como suporte histórico-estrutural de entendimento das contradições da democracia contemporânea e dos desafios a serem enfrentados nos próximos decênios, principalmente pela falta de paradigma que contrapõe a hegemonia do utilitarismo social.

De certo, a plenitude da democracia grega se deu com as experiências democráticas que ocorreram em Atenas e se irradiou por toda a Grécia, implicando formas de participação popular. Em alguns casos, houve tentativas de implantação de governos populares sob a direta influência de Atenas. Por outro lado, mesmo nas cidades onde a democracia não era exercida com a mesma plenitude de Atenas, pelo menos existiam canais de comunicação (assembleias) entre o poder público e os cidadãos. Mas, somente em Atenas, a democracia desenvolveu-se de forma institucionalizada, ou seja, um governo do povo, exercido pelos cidadãos reunidos em Assembleias.

Já a noção de cidadania na cultura política grega determinava a vinculação do cidadão a uma determinada pólis, por laços essencialmente familísticos,

estabelecendo a permanente obrigação de defesa da cidade, contribuindo para seu bem geral e o direito de opinar sobre o destino de suas cidades.

A cultura grega trouxe de seu período heroico uma visão e um sentimento aristocrático de sociedade, pois aqueles considerados “os melhores” (proprietários rurais), que dispunham de boas condições financeiras para adquirir uma boa educação e de tempo para se dedicarem ao serviço público não remunerado, eram concebidos como portadores de uma cultura geneticamente transmitida, aperfeiçoada e, em parte, adquirida dos seus antepassados (ROCHA, 2007)

Nesse contexto, o sêmen do pensamento e da experiência democrática do povo grego, particularmente do ateniense, quando seus princípios e seus processos práticos foram observados de forma mais acurada e determinantes para o entendimento entre a extensão do poder político e a proximidade de uma sociedade organizada, participativa e emancipatória. A democracia ateniense serviria como baluarte histórico, mesmo em padrões aristocráticos, para que houvesse simbiose da participação política, contígua ao poder do soberano, e da qualificação dos atores sociais no processo político de adestramento ou freamento dos abusos do poder monolítico.

A colaboração ateniense é a configuração do mapa histórico da democracia ocidental, que qualifica seus participantes e, ao mesmo tempo,

impõe o efeito da tolerância e respeito às diferenças entre os seres humanos. A padronização da democracia antiga grega com a influência de seus filósofos clássicos é o estopim, mesmo que imperfeito, da formação dos Estados Nacionais Capitalistas a partir do século XVI e do paradigma acessível a um modo de produção baseado na exploração do trabalho.

Com essa concepção, este texto é substanciado basicamente em dois enfoques seminais para o entendimento da epistemologia histórica da democracia ateniense. No primeiro, discute-se o processo de formação da experiência democrática, levando em consideração seus princípios ou fundamentos nucleares, extraíndo exemplos empíricos suficientemente claros. No segundo, busca-se explicitar o período mais importante da experiência ateniense e que seria o auge da democracia grega: o período de Péricles, destacando o papel do Estado. Neste buscou-se evidenciar as qualidades de um povo que buscou aperfeiçoar os instrumentos do poder e da importância da sociedade organizada.

Em sua conclusão, leva-se em consideração o posicionamento personalíssimo do autor. Salienta-se também que, na composição deste texto, buscou-se na maioria leitura de obras conhecidas e discutidas, especificamente, pelos historiadores.

2 A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO DA DEMOCRACIA ATENIENSE

A primeira característica ou contribuição da cultura grega é sua total influência sobre os conceitos ventilados no ordenamento político do poder, valorando a participação política dos atores sociais. Daí a preocupação com a questão democrática (CHAUÍ, 1986).

Salienta-se também que a questão da democracia perpassou todo pensamento humano ocidental, caracterizando-se movimentos de ascensão e regressão do ponto de vista da prática democrática. Dessa forma, efetivamente não existe apenas um conceito de democracia; tendo em vista que, na linha histórica do pensamento ocidental político, envolve várias vertentes de pensamentos. Evidentemente uma delas é a contribuição fática e teórica do pensamento genético grego. Passemos ao seu processo de formação, inclusive como elemento introdutório de quem realmente se interessa pela democracia e, também, pela cidadania nos dias hodiernos. Observa-se que o mais seminal é entender esse processo de formação a partir de uma compreensão histórica e social do período clássico considerado e articular com a complexidade da atualidade contraditória de um capitalismo sem rumo e concretamente bárbaro. Vamos aos vieses.

Uma das características mais generalizadas da cultura política grega refere-se ao conceito de *cidadania*. Este, no nosso entendimento, é um dos balu-

artes de fortalecimento do individualismo ocidental a partir da emanação dos pensadores clássicos do renascimento europeu, a partir do Século XVII. Essa noção define a vinculação da pessoa a uma determinada prática do cotidiano, tendo como suporte a pólis, estabelecido por laços de solidariedade familiar e concomitantemente a uma permanente participação política em defesa da cidade política e da obrigação ou dever de externar seus pensamentos, vedando peremptoriamente o anonimato. Praticamente todas as cidades gregas tinham, como fundamento, a valorização do ser humano como cidadão participativo e dotado de valores individuais, sobretudo nas suas qualidades políticas de exercer sua visão do mundo político.

No entanto a contribuição grega com a questão da cidadania trouxe, em suas entranhas, um sentimento de aristocratização tendo em vista que a generalidade da participação política não existia, beneficiando-se apenas uma minoria de letrados, composta por pessoas de famílias tradicionais. O elemento fático da família era a herança, através da qual se buscava desenvolver as qualidades e aptidão do cidadão democrata, “geneticamente” transmitida e susceptível de aperfeiçoamento por meio da domesticação letrada da educação formal e rigorosa.

Os melhores eram na verdade escolhidos por critérios altivos e excludentes, tirados do estrato social mais privilegiado, composto principalmente por membros mais aquinhoados da socieda-

de ateniense: proprietários rurais, elementos ligados ao exército de conquistas etc. Os primeiros, por exemplo, eram denominados “*eupatridai*”, os quais dispunham de condições financeiras para adquirir uma boa educação e dispor de tempo para a prestação ou participação política, defendendo a cidade-nação e ocupando os melhores níveis do serviço público não remunerado.

Por outro lado, as classes desfavorecidas ou populares, segmentadas em classes médias dos pequenos proprietários (*os zeugitai*) e uma massa de explorados braçais, não tinham qualquer espaço político. Porém, paulatinamente, eles seriam admitidos, principalmente nos serviços militares e cívicos. O período de Péricles teve como um dos fundamentos de sua consolidação o período áureo da democracia ateniense, a participação desses outrora excluídos da vida política grega. Em relação às mulheres, a vida pública era reservada. Tinham participação na discussão política, porém sem direito à voz e a voto no parlamento (as Assembleias), apesar de sua relevância na formação da opinião pública, como se pode avaliar pelo importante papel que desempenhavam na tragédia e na comédia clássicas, além de sua participação através do aconselhamento a seus maridos e seus filhos nas tomadas de decisões e nos destinos das cidades.

Completa-se a estratificação social ateniense, com a participação do estrangeiro e da massa numérica dos escravos. O estrangeiro era admitido na cidade, com destaque para aquele que

tinha posses ou dinheiro. No entanto não adquiria cidadania; inclusive com direito até à propriedade, apesar das restrições para esses alienígenas. Quanto aos escravos, sua exclusão era nítida. Estes eram mercadorias de compra e venda no mercado, despossuídos absolutamente de cidadania e serviam apenas como suporte de sustentação do tecido social privilegiado dos que realmente tinham aptidão para a vida política. Geralmente eram capturados nas guerras de conquistas e da submissão aos perdedores, pagando praticamente com a vida em um cotidiano opressor e sem esperança. A ignorância é quem os mantinha vivos de uma realidade dantesca como essa.

A noção grega de cidadania continha uma implicação participatória que se conduziu à democracia, em que o processo político de difusão do poder, da monarquia à aristocracia, pôde, como no caso de Atenas, prosseguir até a incorporação de todos os cidadãos. A democracia ateniense, entretanto, mesmo depois de plenamente consolidada no período de Péricles, defrontou-se com dois importantes tipos de objeção: a conservadora e a que poderíamos designar de objeção filosófica, a partir do questionamento de Sócrates.

Soma-se aos fundamentos da democracia genética ateniense a questão da pólis. Não propriamente no conceito mais conhecido; ou seja, a pólis como base territorial do desenvolvimento da prática democrática, mas a articulação da vida privada familiar até a universalidade social da participação política.

A pólis era um sistema autônomo de governo, valorando substancialmente o individualismo político. A cidade tinha base cívico-territorial, suportada pela cidadania plena, residuada no território, inclusive como técnica de defesa aos bárbaros não sistemáticos alienígenas. O cidadão perpassava pelo particularismo da cidade ao universalismo da cultura helênica. Esta, em decorrência da forte influência do período alexandrino, que tinha a grandeza da unificação cultural do mundo conhecido. Essa cultura tinha uma dupla vertente: a racional e a mito-poética. A primeira estava patenteada culturalmente na influência das obras de Homero, racionalizando os sistemas que influenciariam a vida do cidadão: em nível político, cultural, militar e econômico. A contribuição de Homero também é completada pela visão romântica da criatividade abstrata dos mitos socialmente necessários e da poesia que dava sentido à vida.

Por outro lado, o arraigado particularismo das pólis não permitia aos gregos lograrem êxito para estabelecer formas estáveis de federação, ou mesmo de confederação. Os vários intentos das ligas, como a de Delos e de Arcádia, terminaram desarticulados pela propensão hegemônica de uma cidade sobre as outras, principalmente no período do auge pericletiano, no qual havia clima de tensão entre o provincialismo da pólis originária da cidadania plena e as pretensões universalistas da cultura helênica. A plenitude de seu sentido agônico conduz à antevisão trágica do

desfecho que necessariamente acarretaria na decadência da influência grega durante o período antigo.

Numa democracia, como a grega, além da valoração da cidadania, destacava-se também a questão da liberdade, servindo como atributo fundamental ao exercício do princípio da cidadania real. A liberdade, na ótica da democracia ateniense, foi ativa, participativa e principalmente pública. O espaço público era venerado como uma instituição que estava acima dos humores egoísticos do individualismo. A virtude de um homem se pautava no respeito à coisa pública, diferente, por exemplo, da visão do público do pensador moderno renascentista, cujo individualismo estava mais fortalecido, e o privado era mais valorizado.

Nestes tempos de privatização de tudo, o resgate do pensamento clássico ateniense serve como baluarte de luta ao individualismo neoliberal dos tempos atuais. A democracia liberal contemporânea é excludente, indiferente, sarcástica, hipócrita e predatória. O público é apropriado pelos empresários, matematizando os espaços e cobrando taxas para o uso. O público nos dias atuais é palco apenas para lutas judiciais. O povo pouco está se importando para o público. O mais relevante é a vida privada de estereótipos sociais disseminados pelas mídias, ou o ganho fácil dos sorteios comandados por sociedades mercantis criminosas.

Voltando ao tema, a liberdade ao estilo ateniense articulava como o valor

dado à pessoa humana individual, excluindo qualquer ditame contratual ou privatizante. O valor da liberdade vem de sua capacidade de agir conforme a razão (não a calculista ou interesseira), disciplinando seus impulsos instintivos e no aperfeiçoamento da virtude, pois se media o valor dos homens por sua *arête*, permanecendo sempre, na cultura clássica, um manifesto aristocrático que distancia o espírito nobre do espírito vulgar e irracional.

Criadores da racionalidade e de sua aplicação prática a todas as dimensões da vida, inclusive e notadamente no campo da política, os gregos não lograram, entretanto, emprestar uma eficaz continuidade ao seu saber político. O período de auge de Péricles foi profundamente racional. Porém seus sucessores, na ambição do domínio imperial de terras, descortinaram as verdadeiras pretensões da real democracia, destruindo a expansão e banalização universal de uma democracia baseada na verdadeira cidadania participativa, diferente da utilitária do renascimento no capitalismo mercantil-liberal.

Porém esses valores foram concretamente aproveitados, principalmente, no ensinamento e na expansão do cristianismo. A referência de Deus como elo de salvação e do homem como ser pecador, mas com capacidade suficiente para a remissão de suas falhas vulgares, tornar-se-ia num processo de melhoramento do espírito humano e da compreensão da totalidade da existência humana.

Retornando a uma das objeções da concreção da democracia ateniense, é pertinente abordar o questionamento de Sócrates e também de Platão. Esses iluminados desenvolveram a ideia do Bem, em sua forma mais suprema e nas várias modalidades que ostentavam, princípios ordenadores das faculdades da alma, cuja harmonia e felicidade dependem de sua conformidade com ela. Uma vez apreendida, a ideia do Bem se torna uma evidência irrecusável e induz à consistente prática da virtude. A virtude para compreender o bem e praticá-lo.

Para os nossos ilustres filósofos, o exercício da política tem que ser de qualidade. Requer previamente uma longa educação e não pode ser confiado ao irresponsável arbítrio de homens que não tenham internalizado, profunda e consistentemente, a ideia de justiça e a ideia suprema do Bem.

Infelizmente, o exercício do poder político contemporâneo é conduzido pela escória da humanidade. Desde a nossa realidade micro (o prefeito de São Cristóvão em Sergipe, no Brasil, o populista-privatista Armando Batalha que governou de 1997 - 2004) até em nível macro (o ex-presidente e intelectual Fernando Henrique Cardoso que governou de 1995 a 2003), percebe-se que as qualidades do exercício político preconizadas por uma cabeça iluminada como a de Sócrates há mais de 2.500 anos ainda está para ser feita. Ou ainda, iremos mais longe, pelos requisitos deles extraídos, praticamente é impossível surgir um líder do público aos moldes da

pureza política e espiritual bem determinada pelo filósofo dos filósofos.

O que impera é a privatização do espaço público e o domínio de detentores do espaço material e imaterial, protegidos por ordenamentos jurídicos que pregam a desigualdade e a guerra, açambarcado em hipocrisias de leis socialmente incontestáveis. Estamos indo para a barbárie e o fim da espécie humana. O individualismo absoluto do mercado e o consumismo agressivo ao meio ambiente mutilam qualquer capacidade de redenção da humanidade. E que venha o inferno em consequências imprevisíveis.

Enfim, dois foram os problemas críticos da administração das pólis e do exercício da democracia em Atenas, durante o período histórico em que puderam sobreviver: um de caráter político-institucional, que diz respeito ao fato de que a cidade grega – diversamente do que ocorreria com Roma – não foi capaz de criar verdadeiras magistraturas, exceto os estrategos. Se for verdade que todos os cidadãos dispunham de um mínimo suficiente de aptidão política para discernir as complexas relações da prática política, por outro lado, convém instituir que as cidades-políticas deveriam compor um quadro competente de especialista, para que verdadeiramente se aplicasse a democracia em sua plenitude.

A segunda carência da cidade grega, além da formação do quadro perene de magistrados, era a formação também de especialistas para a sua gestão

financeira. Por falta de um apropriado e razoável sistema tributário, baseado, por exemplo, no princípio da isonomia dos contribuintes, a democracia grega não tinha como arrecadar recursos para o sustento de seus próprios condutores políticos. O poder político dependia das doações irregulares das pessoas mais ricas da sociedade, criando evidentemente um elo permanente de dependência, contribuindo para o esgarçamento do tecido social e domínio posterior dos bárbaros militarmente mais organizados.

Excepcionalmente, a experiência da democracia grega seria determinada pela efemeridade em suas práticas de poder, de forte perenidade na constituição de normas do pensamento. O pensamento grego estabeleceu os princípios básicos da racionalidade, que a cultura clássica, mais do que uma extraordinária variante das possibilidades culturais do homem, se haja constituído no fundamento necessário de toda cultura racional possível (JAGUARIBE, 1982).

3 O EXEMPLO HISTÓRICO: A DEMOCRACIA DE PÉRICLES

A formação do pensamento grego como fundamento à compreensão da origem do conceito de democracia não ficaria apenas no plano abstrato das ideias e do desenvolvimento de suas categorias teóricas. A aplicação prática deu-se também, contemporaneamente ao desenvolvimento de suas ideias, com destaque ao período de gestão de Péricles, do qual se caracterizaria, do

ponto de vista do poder político, como o período de consolidação da democracia.

Péricles sucede a Ephialtes na direção da corrente mais aberta e democrática de Atenas, dominando por três décadas o poder político nessa cidade-Estado, até a sua morte (em 429 a.C.), realizando uma extraordinária obra política, social e cultural, abrangendo todos os aspectos da vida ateniense.

Herdeiro de um processo democrático que vinha desde Clístenes, o nosso estadista consolida um processo institucional, aplicando medidas que ampliariam ainda mais a soberania popular e assegurariam seu exercício. Devido à sua autoridade moral, logra manter o processo democrático dentro de uma confortável margem de viabilidade social, econômica e política. Ele é o líder democrático que viabiliza a Liga de Delos no Império Ateniense. Investe na valorização da cultura arquitetural e na vida artística da cidade.

A formação do Império de Atenas não se processou como mero capricho de Péricles. Afinal estavam em jogo importantes questões para as quais, nas circunstâncias econômicas, sociais e culturais de Atenas e da Grécia, a solução imperial seria a mais viável. Duas delas merecem atenção: Primeiro, pela não beliculosidade entre os confederados das cidades-estados, haja vista que o próprio êxito inicial da Liga de Delos foi dissipando qualquer pretensão de animosidades entre seus membros. E segundo, pelo próprio funcionamento da democracia na cidade de Atenas.

Não haveria a intenção de consolidar o império nos moldes da dominação a toda força às demais nações.

O processo de acumulação do poder político e econômico não era a meta dos atores do poder em criar excedentes. Além disso, a cidade era importadora de alimentos, e seu comércio era dominado por estrangeiros. O que existia era uma divisão interna do trabalho, garantindo o emprego de seus cidadãos (bem como os não cidadãos) para a numerosa força de trabalho, aplicada na tripulação dos navios e na produção destes. Acrescente-se também a formação de colônias de povoamento, através do sistema de clerúquias¹, mediante o qual terras requisionadas de rebeldes eram atribuídas aos cidadãos atenienses para colonização, “sem perda de seus vínculos de cidadania”.

A Atenas de Péricles era habitada por uma população que compreendia três estratos impermeáveis: os cidadãos, os estrangeiros livres (os metecos) e os escravos. Foi denominado de “Idade de Ouro de Atenas” ou Período Clássico, foi uma época histórica de grande desenvolvimento da cidade de Atenas, correspondendo do século V a.C. da história da Grécia Antiga, principalmente aos anos em que Péricles governou Atenas (de 444 a 429 a.C.).

¹ Colônia grega formada por frações de território conquistado pelos atenienses. Extraído do Dicionário formal, disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/cler%C3%BAquia/>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

Nesse tempo, os escravos, por exemplo, não tinham o direito à cidadania. Porém eram protegidos de maus tratos, facultando-lhes o direito a pedir asilo e revenda a outro comprador. Não podiam opinar de forma alguma sobre os negócios públicos, mas eram respeitados como uma dignidade humana socialmente protegida por lei. Os estrangeiros eram considerados hóspedes sem cidadania, mas possuíam direitos privados assegurados por lei, embora sujeitos a restrições. Escravos e Metecos eram grupos marginalizados e sem direitos políticos. Podiam, entretanto, exercer atividades sociais e intelectuais. “Os escravos constituíam uma grande parte da população. Muitos deles ocuparam posição de destaque na educação dos jovens atenienses e nas realizações domésticas e intelectuais” (MOSSÉ, 1997a, p. 216).

Na prática, não havia distinções entre cidadãos, metecos e escravos, para todos os fins correntes da vida. Praticamente usavam a mesma indumentária, recebiam o mesmo pagamento por idêntica tarefa e participavam da vida urbana, exceto no que se referia à participação política. É o que ocorre inversamente na atualidade. As diferenças sociais são abissais, com forte discriminação de classe, cor, sexo e até local de habitação; porém “todos são iguais perante a lei”. É a democracia burguesa e protestante.

É óbvio que existiam diferenciações sociais para a realidade ateniense do período de Péricles. Entre estas, estava a discriminação entre o trabalho in-

telectual e o trabalho manual. As classes sociais efetivamente existiam. Apesar do estilo aristocrático de parte dos cidadãos atenienses, estes eram proprietários de suas casas, mas não eram suntuosas. O vestuário era simples, bem como sua alimentação. (Imagine se compararmos com nossas elites cablocas, entreguistas e excludente).

Péricles era embebido de patriotismo, de formação aristocrática e, desde sua infância, sempre teve contato com atores que exerciam cargos eminentemente públicos. Na verdade, em sua vida produtiva, ele vivia de modestos rendimentos da propriedade que herdou do pai e que ficava entregue confiadamente a um administrador.

Graças aos ditames de uma sólida formação política e da aquisição da experiência dos governos anteriores, Péricles consolida o sistema constitucional da democracia direta, exercida pelo povo (como por exemplo, a inconstitucionalidade de lei que contrarie o interesse público). As Assembleias eram realizadas com frequência, quase uma vez por semana. A linha de Péricles, a partir do assassinato de seu antecessor, tinha a meta de aprofundar e consolidar as características democráticas das instituições atenienses e das práticas destas, preservando, ao mesmo tempo, um profundo senso de medida e equidade nas relações entre estratos e grupos sociais.

Um dos grandes feitos de Péricles seria a institucionalização de impedimentos normativos que violassem o sistema jurídico imperante, consolidado

no princípio do interesse público e da abertura na estrutura política de espaços para pessoas de origem social mais modesta e que tivesse voz e voto.

Do ponto de vista prático, uma das inovações do nosso estadista seria a garantia do pagamento, pelo Estado, das magistraturas que exigiam período integral. No entanto o valor montante era menor que a remuneração de um trabalhador, com deliberado propósito de não tornar o salário público mais atrativo que os proventos do trabalho. Mas o objetivo foi plenamente alcançado, e a democracia ateniense, tanto no plano normativo como na realidade fática, tornou-se uma forma de pleno exercício da soberania por todos os cidadãos, sem quaisquer restrições de classe.

Do ponto de vista político, na questão do imperialismo ateniense, a sua justificação se fundamentava no fato de que Atenas era, realmente, a suprema cidade da Grécia. Nenhum povo, como declarou oração fúnebre, poderia sentir-se humilhado por estar sujeito à hegemonia dos atenienses. Apenas que reconhecesse a superioridade política da democracia experienciada em Atenas.

É evidente que a prática política de Péricles se estenderia além de suas inovações no campo do poder político. A expansão econômica foi considerável, favorecida principalmente pelo clima de liberdade política e da abertura às transações comerciais com os estrangeiros.

Na ótica cultural, o período de Péricles foi marcado pela riqueza da criatividade artística, fundamentada na

grande importância da reconstrução da Acrópole, destruída pelos persas servindo como suporte para o exercício de práticas cívicas e religiosas.

Na democracia grega, a liberdade era, ao mesmo tempo, um atributo de cidadania e um requisito para exercê-la. A liberdade para os atenienses era tida como um sentimento de orgulho em relação aos povos de outras cidades, entretanto essa liberdade era delimitada pelos direitos do Estado, face às obrigações de disciplina cívica, a submissão às autoridades constituídas e a obediência às leis.

Em Atenas de um modo geral, todos os indivíduos eram politizados, e qualquer pessoa que não participasse dos negócios públicos era considerada um ser inútil. Na democracia grega, especialmente a ateniense, a liberdade dependia do exercício pleno da democracia, e para isso, era necessário observância aos direitos e deveres de cada cidadão assim como do Estado.

Quanto à educação dos Atenienses, esta tinha pouco em comum com a Educação de Esparta. Em Atenas, vê-se o Estado como um meio de assegurar a liberdade pessoal, criando as condições vantajosas para sua educação. Considera-se a instrução dos jovens como missão essencial do Estado, mas não se coage o indivíduo nessa instituição; deseja-se que, por convicção própria, as classes sociais façam sua tarefa das gerações. Daí percebe-se que o Estado, mesmo sendo titular da vida do cidadão, não detinha o monopólio

educacional. Os pais tinham a obrigação de cuidar que seus filhos se preparassem eficazmente para a vida, mas dentro de um ambiente de liberdade, de certa forma conduzindo-os à emancipação. Trata-se de um estado de cultura, de uma organização política que conduz Atenas ao desenvolvimento harmônico da personalidade.

4 TECENDO CONSIDERAÇÕES

Nesta parte, faremos uma síntese do que foi escrito ao longo do texto com alguns acréscimos para melhor entendimento e articulação temática, finalizando com algumas conclusões.

Na verdade a vida política grega foi profundamente afetada por uma dupla vertente: o particularismo da cidade opunha-se ao universalismo da cultura helênica e a ideia de *Aretê*, opunha-se às atribuições condizentes à cidadania.

No período heroico, a pólis agindo de forma cívico-territorial, tornou-se responsável pela ordenação social, de tal forma que chega a superar as estruturas dos laços familísticos. A cultura helênica paralelamente permeava todas as pólis sem que isso alterasse a personalidade cultural de cada uma das cidades-estados. Essa cultura tinha uma dupla polaridade, nacional e mito-poética. A racionalidade grega manifestava-se em todos os seus aspectos: na racionalidade instrumental, nos planos econômicos, políticos, militares e técnicos; e a racionalidade ordenadora se apresentava nas reflexões filosóficas e éticas de Homero

e, no máximo de sua plenitude, a dimensão mito-poética da cultura helênica.

Expressões como *Mythos*, *Epos* e *Logos* são concomitantemente utilizadas para cada dimensão. *Mythos* tem como conotação o pensamento dos deuses aos homens que os reverenciavam e memorizavam o que deles ouviam. *Epos* caracterizava a abordagem dos heróis, semelhantes aos deuses, que desafiando o perigo transcendiam pela fama de sua coragem até a imortalidade. Nas assembleias manifestavam-se os que tinham algo a dizer em prol da cidade e, para este princípio, a expressão utilizada era *Logos*. Para os *Physikói* – filósofos – a explicação da ordem secreta do Cosmo, ou a interpretação da ordem social ou ética do ser humano, era resguardada. No fim do período homérico, o predomínio da *polis* sobre o *genos* solidificou-se, embora o caráter da religião mito-poética fosse preservado literalmente de forma diferente das religiões monoteístas, pois apresentavam quadros de ocorrência ou princípios fundamentais não muito sistemáticos, poéticos e alegóricos, ainda assim constituía-se do principal fator integrante da nação helênica (REINALDO, 2010).

Dessa forma, a noção grega de cidadania continha intrinsecamente a participação em que o processo político de difusão do poder, monarquia a aristocracia pública, obedecia aos seguintes dispositivos: Para ser cidadão de Atenas, a condição *sine qua non* ao homem era ser filho de pai e mãe ateniense. A maioridade era adquirida aos 18 anos, mas,

somente aos 20 anos, o cidadão poderia participar das reuniões da Eclésia.

No governo de Péricles, iniciou-se uma série de mudanças que concedeu a cidadania até aos metecos em situações especiais, no entanto foi com Clístenes que a democracia veio a se consolidar, embora com dois tipos de objeções: a conservadora, que foi uma forma de o patriciado ateniense exprimir a sua superioridade ante a plebe, e as exportações fiscais das assembleias, na medida em que atingia um nível de racionalidade universalista e tendia a fundir-se com a objeção filosófica de Sócrates (ROCHA, 2007).

Salienta-se que ética e política são inerentes ao entendimento e à prática do bem, o bem da alma assegurando a harmonia interior do homem e o bem da cidade e a justiça assegurando a harmonia da pólis. Daí a afirmação de Sócrates e Platão de que o exercício da política requer um longo aperfeiçoamento, não podendo ser arbitrariamente confiado a homens desprovidos de senso de justiça e bem social. A essa objeção Péricles e o partido popular contrapuseram-se com uma tese de que todos os homens possuem *in nato* técnicas políticas e, a partir das suas prerrogativas, estes tendem a desenvolvê-las.

Os gregos, apesar de criadores da racionalidade e de uma aplicação prática a todas as dimensões da vida, não tiveram uma eficaz continuidade ao seu saber político. A pólis grega era produto de uma civilização demasiadamente delicada para poder sobreviver a longo pra-

zo. Durante o período histórico em que a pólis pôde sobreviver seu governo foi escassamente racional. Faltou aos reinos helênicos, tanto em sua política interna como externa, uma visão política superior que lhes assegurasse longa duração.

Segundo Mossé (1997b), foram dois os principais problemas da administração da pólis grega, durante o período histórico em que puderam sobreviver. Um de caractere político-institucional, que diz respeito ao fato de que a cidade grega, ao contrário do que acontecia em Roma, não foi capaz de criar verdadeiras magistraturas, exceto a dos estrategos, resultando na incompetência de gerir os negócios cívicos e militares mais complexos. O segundo foi a incapacidade de gerar arrecadação tributária equânime e confiável, por falta de um pré-definido sistema tributário. A arrecadação na Grécia dependia da generosidade patriótica dos ricos ou de sua espoliação por decretos da Assembleia ou atos dos tiranos aos pobres. Tal situação gerava a propulsão à guerra civil ou a aliança de partidos de uma determinada cidade com seus dirigentes a outras cidades, com vistas a derrubar o governo local.

Na verdade, este ensaio bibliográfico teve a finalidade de discorrer sucintamente a riqueza da história antiga, particularmente da experiência ateniense no campo da prática democrática, tendo em vista que algumas de suas linhas podem ser comparadas à celeuma contemporânea da democracia burguesa, fundada com a Revolução Francesa, capturada pelas classes dos detentores

dos meios de produção: a primeira refere-se às qualidades dos agentes públicos, ou seja, quem deve ter competência para o exercício da política em sua totalidade? Não qualquer ser humano. Ele teria que ser dotado de qualidades morais, culturais e espirituais para que a visão no trato com a coisa pública fosse o mais isonômico possível, o que diferencia substancialmente o conceito de democracia nas sociedades burguesas. Mesmo com a retórica da participação do povo e da liberdade em sua totalidade (opinião, pensamento, ir e vir etc.), e que elemento tácito determinante é o poder econômico, que compra cidades, votos, adestra pessoas, mascarando a verdadeira intencionalidade da burguesia: a captura do Estado em benefício de seus interesses. E para a realidade brasileira, a questão ainda é mais contraditória.

Uma segunda e significativa diferença seria a não prática discriminativa de conceitos no cotidiano da estrutura social ateniense. Mesmo sob os fundamentos de uma aristocracia, a seletividade social era determinada mais pelas qualidades morais do que pelas propriamente econômicas, o que não ocorre evidentemente na atualidade, na qual até um estúpido mercador, dono de redes de supermercado ou de televisão pode dominar mentes cultas, sob a prevalência da concepção “eterna” da propriedade privada.

Outra seria a convivência harmônica com as diferenças. Apesar da concepção de hegemonia do imperialismo de Atenas, não havia a intenção de

pilhar e destruir culturalmente o outro. Apenas teria que haver a necessidade de reconhecimento da superioridade política e militar de Atenas, excluindo qualquer opressão ou humilhação do diferente.

Desta feita é notável que o homem é incapaz de viver isolado, e para ser ele mesmo tem necessidade de estabelecer relações com os seus semelhantes. Como salienta Aristóteles:

Para ser cidadão não basta habitar no território da cidade, nem gozar do direito de empreender uma ação judiciária. Para ser cidadão e viver em uma sociedade democrática, se faz necessária, entre outras coisas, a participação no seio político de uma cidade, estado e país. (ARISTÓTELES apud CHAUI, 1997, p. 381).

Em uma sociedade onde os ideais democráticos sejam redimidos ou reprimidos, é impossível exercer-se a cidadania. Ambos, cidadania e democracia, indicam como eixo fundamental a ideia de soberania popular, a afirmação de que a ordem política e até mesmo social é produzida pela ação humana, que envolve relações coletivas, participativas, emancipatórias e até igualitárias. Dentro desse contexto, tem-se a eclosão do ideal da formação completa e ideal do homem, tanto do corpo como da mente.

Por fim, salientam-se as ideias e conceitos gregos que permearam toda uma transformação na sociedade grega e que ainda continuam como sendo anseio de uma sociedade moderna ou pós-moderna. Dentre estes, o conceito de liberdade política no Estado, e, através dele, a ideia de que a educação é a preparação para a cidadania; o conceito moral de personalidade, ou seja, cada indivíduo encontra na sua natureza racional o direito de determinar os seus próprios fins na vida.

Ainda poderemos acrescentar em termo nacional que o retrato da democracia brasileira é pouco alentador, entretanto não deve incentivar uma atitude de desânimo diante dos esforços para construí-la. Já significa bastante termos as estruturas formais que permitem o exercício democrático, o que não aconteceria se ainda vivêssemos em uma ditadura.

Como reforça Aranha e Martins (1998), é importante preparar os indivíduos para o exercício da cidadania. A ideia de cidadania surge com a conscientização do pertencimento de uma comunidade, na qual se estabelece relações em que se pressupõem direitos e deveres. Ao reconhecer o espaço público distinto do privado, por exemplo, o cidadão reafirma a responsabilidade política que consiste em lutar pelo bem comum e participar das decisões que interessam à sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. *Temas de filosofia*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1998.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1997.

_____. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986.

JAGUARIBE, Hélio (Org.). *A democracia Grega*. Brasília: Editora da UNB, 1982.

MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia*. Tradução de João Batista da Costa. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997a.

_____. *O cidadão na Grécia Antiga*. Tradução de Rosa Carreira. Lisboa: Edições 70, 1997b.

REINALDO, T. B. S. A democracia grega. *Recanto das Letras*, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/2210117>>. Acesso em: 19 jul. 2015.

ROCHA, A. S. *A forma do homem grego na perspectiva da trilogia tebana de Sófocles*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2007.

Sobre o autor:

Carlos Alberto Vasconcelos: Pós-Doutor em Educação Contemporânea. Professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS). **E-mail:** geopedagogia@yahoo.com.br

Recebido em agosto de 2015.

Aprovado para publicação em fevereiro de 2016.